



**LAI**

# Relatório da Lei de Acesso à Informação

# 2019



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
CONTROLADORIA  
GERAL DO MUNICÍPIO

**Controlador Geral do Município**

João Manoel Scudeler de Barros

**Controlador Adjunto**

André Dias Menezes de Almeida

**Chefe de Gabinete**

Luiz Fernando de Camargo Prudente do Amaral

**Ouvidora Geral do Município**

Maria Lumena Balaben Sampaio

**Coordenadora de Promoção da Integridade**

Carolina Dalla Pacce

**Divisão de Transparência Passiva (OGM)**

Amanda Faria Lima

Julio Bezerra Monteiro

Raquel de Souza Ciccone

**Assessoria Técnica (COPI)**

Ana Dienstmann

Pedro Kazu Gabiatti

Thiago Henrique Pereira

**Divisão de Fomento ao Controle Social (COPI)**

Bruna Attina

Glauca Bellei Neix

**Divisão de Transparência Ativa (COPI)**

Thulio Manoel Costa Oliveira

Matheus Torres Penedo Naves

Douglas Oliveira de Andrade

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM	Autarquia Hospitalar Municipal
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CGM	Controladoria Geral do Município
CMAI	Comissão Municipal de Acesso à Informação
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
COPI	Coordenadoria de Promoção da Integridade
EMASP	Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FTMSP	Fundação Theatro Municipal de São Paulo
HSPM	Hospital do Servidor Público Municipal
IPREM	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
LAI	Lei de Acesso à Informação
OGM	Ouvidoria Geral do Município
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
PGM	Procuradoria Geral do Município
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PRODAM	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
R.O.	Recurso de Ofício
REDE INFO ABERTA	Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SERS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SFMSP	Serviço Funerário
SG	Secretaria Municipal de Gestão

SGM	Secretaria do Governo Municipal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDP	Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMJ	Secretaria Municipal de Justiça
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRI	Secretaria Municipal de Relações Internacionais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SP OBRAS	São Paulo Obras
SP URBANISMO	São Paulo Urbanismo
SPDA	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
SPSEC	Companhia Paulista de Securitização
SPTans	São Paulo Transportes S/A
SPTURIS	São Paulo Turismo S/A
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
VCGE	Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>1. Transparência Passiva</b>	<b>9</b>
<b>a. Estatísticas gerais do e-SIC</b>	<b>9</b>
I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC	11
II. Pedidos por Órgão/ Entidade Municipal em 2019	12
III. Pedidos por Órgão a cada mês	16
IV. Encaminhamentos	21
V. Recursos de ofício	22
VI. Canal de Entrada dos pedidos	25
<b>2. Classificação Temática dos Pedidos de Acesso à Informação</b>	<b>26</b>
<b>3. Perfil de usuários do e-SIC</b>	<b>28</b>
I. Localização geográfica de solicitantes	28
II. Quantidade de pedidos por personalidade jurídica de solicitantes	29
III. Quantidade de pedidos por gênero de solicitantes	29
IV. Quantidade de pedidos por escolaridade de solicitantes	30
V. Ocupação Profissional de solicitantes por pedidos	31
<b>4. Transparência Ativa</b>	<b>33</b>
I. Portal da Transparência	33
II. Portal de Dados Abertos	35
III. Pedidos Respondidos: divulgação das respostas de pedidos de acesso à informação	35
<b>5. Informações Classificadas e Desclassificadas</b>	<b>36</b>
<b>6. Capacitações e debates realizados</b>	<b>40</b>
I. Atividades internas de formação	40
II. Atividades envolvendo Público Interno e Externo	42
III. Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto	43
<b>7. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto</b>	<b>45</b>
<b>Referências</b>	<b>46</b>

# Apresentação

O presente relatório administrativo sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n. 12.527/2011), regulamentada na Capital pelo Decreto Municipal n. 53.623/2012, vem cumprir com a obrigação estipulada pela norma vigente, para que sejam expostos, anualmente, os dados gerais de acesso à informação, concretizando os fundamentais princípios constitucionais regentes da Administração Pública, especialmente o postulado da publicidade.

O ano de 2019 manteve a tendência de crescimento do registro de pedidos de acesso à informação com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). De 2018 para 2019 houve um aumento de 8%. Em números absolutos foram 8.778 pedidos de informação em 2019, contra 8.103 em 2018. Entre 2012 e 2019, foram registrados 39.390 pedidos de informação.

Os pedidos de informação atendidos tiveram um crescimento de 6% em relação ao ano de 2018. A primeira e segunda instância recursal também apresentaram um crescimento de solicitações, tanto para complemento de informação fornecida (aumento de 6%), quanto para questionamento de respostas (aumento de 16%).

Por outro lado, houve uma importante queda nas solicitações apresentadas na terceira instância recursal, de 193 recursos em 2018 para 111 recursos em 2019, o que representa 42% a menos de pedidos de acesso à informação apresentados à última instância administrativa na Prefeitura de São Paulo. Trata-se de uma sinalização positiva, que indica haver uma resolução efetiva dos pedidos de informação junto às 1ª e 2ª instâncias.

Em 2019 também promoveu-se a descentralização no acolhimento dos pedidos de acesso à informação, com implantação de novas unidades da Ouvidoria Geral do Município nos Descomplicas-SP. Tais unidades recebem e registram no sistema e-SIC os pedidos apresentados presencialmente, expandindo pelo território municipal o direito de acesso à informação. Até o final de 2019, a Ouvidoria passou a estar presente em seis Descomplicas - SP Butantã, Santana/Tucuruvi, Campo Limpo, São Miguel Paulista, Jabaquara e São Mateus, além das duas unidades do Centro.

A transparência ativa, também no ano de 2019, contou com importantes avanços. A Controladoria Geral do Município, em parceria com a Secretaria da Fazenda, passou a disponibilizar no Portal de Transparência os gastos com Cartões de Pagamento de Despesas da Prefeitura (também chamado de CCD - Cartão de Controle de Despesas), aprimorando e qualificando a transparência dos gastos públicos. Além disso, para facilitar o acesso a importantes canais de disponibilização de informações, foram incluídos na página inicial do Portal de Transparência botões para a Vitrine de APIs e para o Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Por fim, demonstrando seu compromisso com a disseminação do conhecimento sobre transparência pública e promoção do controle social, a Controladoria promoveu, em 2019, 34 (trinta e quatro) atividades formativas para servidores públicos e membros da sociedade civil. Além disso, a Controladoria participou do 4º Encontro Brasileiro de Governo Aberto, co-organizou a Hacktona na Campus Party 2019, em parceria com Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, e permanece como responsável pelo Programa Agentes de Governo Aberto, junto à Secretaria do Governo Municipal.

São Paulo, 29 de maio de 2020.

*João Manoel Scudeler de Barros*  
**Controlador Geral do Município**

# Introdução

A Controladoria Geral do Município é o órgão responsável pela promoção do controle interno dos órgãos municipais e das entidades da administração indireta, além de dar suporte ao Prefeito no combate à corrupção, na promoção da moralidade, da ética e da transparência no setor público, no incentivo ao controle social da gestão municipal e nas atividades de auditoria, correição e ouvidoria, bem como atuar na defesa do usuário do serviço público municipal.

No que toca à Transparência Pública, a Controladoria é responsável pelo monitoramento da Lei de Acesso à Informação ([Lei Federal n. 12.527/2011](#)), regulamentada no município pelo [Decreto Municipal n. 53.623/2012](#), além de promover treinamentos aos agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na Administração Pública.

A transparência possui a sua face **ativa**, quando o poder público divulga proativamente suas informações para a população e sua face **passiva**, quando por meio de solicitações dos cidadãos e cidadãs o poder público garante o acesso às informações públicas sob sua custódia.

Entre as ações de promoção da transparência no ano de 2018, constam cursos e oficinas sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), Governo Aberto, Controle Social, Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos, eventos Café Hacker e o Programa Agentes Formadores de Governo Aberto. Tais atividades atingiram tanto munícipes quanto servidores públicos municipais.

Em cumprimento ao Art. 30 da Lei de Acesso à Informação ([Lei Federal n. 12.527/2011](#)) e ao Art. 53 do [Decreto Municipal n. 53.623/2012](#), que a regulamenta no Município de São Paulo, este relatório compila informações gerais e dados estatísticos relacionados ao funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em suas modalidades presencial e eletrônica (e-SIC), bem como traz informações sobre atividades relacionadas à promoção da transparência no município e perfil dos usuários do Sistema e-SIC, entre **1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019**.

Importante destacar que o momento de divulgação do Relatório 8 anos da LAI está inserido num período de situação de emergência conforme Decreto 59.283/2020 diante do combate e enfrentamento à pandemia provocada pelo COVID 19.

Por consequência, embora os dados acompanhem o exercício de 2019, há que se incluir informações sobre o contexto de elaboração do presente relatório que sinalizam a valorização da cultura da transparência e promoção da integridade sob a responsabilidade da Controladoria Geral. Assim, por meio da Ouvidoria Geral em sua Divisão de Transparência Passiva foram adotadas as seguintes ações para a continuidade dos trabalhos:

- disponibilização do sistema e-SIC em plataforma de acesso remoto (internet) viabilizando o teletrabalho a partir de março/2020;
- orientação técnica sobre o cumprimento de prazo dos pedidos de informação durante a pandemia, considerando a judicialização da MP 928/2020 disponível no [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/transparencia\\_passiva/index.php?p=273977](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/transparencia_passiva/index.php?p=273977);
- construção de capacitação on line para os pontos focais, alinhando e esclarecendo dúvidas dos órgãos e subprefeituras da PMSP;

# 1. Transparência Passiva

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é uma das principais formas de garantia da transparência e participação dos cidadãos e cidadãs na Prefeitura de São Paulo. Seja na sua modalidade presencial ou eletrônica (e-SIC), qualquer cidadão ou cidadã pode solicitar informações sobre a gestão pública aos mais diversos órgãos da Prefeitura, tendo seus prazos de atendimento e possibilidades de recursos garantidos pela legislação competente.

A seguir estão os dados de estatísticas gerais dos pedidos de informação registrados no município no Sistema e-SIC.

## a. Estatísticas gerais do e-SIC

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, foram registradas no e-SIC municipal 8778 solicitações de informação. Nesse período, 8168 pedidos tiveram decisão, sendo que 7531 foram atendidos e 637 indeferidos pelos órgãos. No mesmo período, 918 solicitações foram levadas à primeira instância recursal; 930 foram levadas à análise da Ouvidoria Geral do Município, em segunda instância recursal; e 111 solicitações passaram para análise da terceira e última instância de recurso, a Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), conforme detalha a tabela abaixo.

Abaixo das solicitações registradas para cada instância, temos o número de decisões deferidas e indeferidas tomadas por cada instância recursal no ano referido. Importante salientar que, em virtude dos prazos regulares de atendimento das solicitações de acesso à informação e também para atendimento de eventuais recursos, o número de solicitações não coincidirá com o de decisões<sup>1</sup>. O detalhamento completo dos dados estatísticos apresentados abaixo pode ser obtido ao consultar a base de dados “Pedidos Respondidos”, disponível em: <<http://bit.ly/pedidos-respondidos>><sup>2</sup>.

*Detalhamento do fluxo anual dos pedidos*

Situação	2018	2019
<b>Pedidos registrados</b>	<b>8103</b>	<b>8778</b>
<b>Decisões iniciais</b>	<b>7718</b>	<b>8168</b>
Atendidos	6909	7531
Indeferidos	809	637
<b>1ª instância: solicitações</b>	<b>863</b>	<b>918</b>
<b>1ª instância: decisões</b>	<b>678</b>	<b>730</b>
Deferidos	526	610

<sup>1</sup> São os casos em que as solicitações entram em tramitação em um ano e são atendidas no ano seguinte.

<sup>2</sup> Acesso em: 25 abr. 2020.

Indeferidos	152	120
<b>2ª instância: solicitações</b>	<b>802</b>	<b>930</b>
<b>2ª instância: decisões</b>	<b>844</b>	<b>942</b>
Deferidos	620	800
Indeferidos	224	142
<b>3ª instância: solicitações</b>	<b>193</b>	<b>111</b>
<b>3ª instância: decisões</b>	<b>222</b>	<b>112</b>
Deferidos	80	70
Indeferidos	142	42

### Interpretando os dados acima

→ **Pedidos registrados** são todos os pedidos registrados no referido ano, desconsiderando eventuais mudanças devido aos encaminhamentos internos via sistema.

→ As **decisões iniciais** são todos os pedidos de informação que foram atendidos no referido ano. É importante destacar que, devido ao prazo de atendimento de 20 dias (prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa) e a dinâmica dos encaminhamentos internos via sistema, eventualmente alguns protocolos não são atendidos no seu ano de registro.

→ Os **pedidos atendidos** são os pedidos de acesso à informação que foram atendidos pelas Pastas em seus exatos termos.

→ Os **pedidos indeferidos** são aqueles recusados pela Pasta e justificados com base legal ao munícipe.

→ **1ª Instância: solicitações** são os pedidos de informação que tiveram recurso de 1º instância registrado naquele ano.

→ **1ª instância: decisões** são os recursos de 1ª instância que foram analisados e respondidos pelos órgãos no ano em questão.

→ Os recursos de **1ª instância deferidos** são os recursos atendidos em seus termos pela Pasta, no ano em questão.

→ Os recursos de **1ª instância indeferidos** são aqueles negados e justificados com base legal pela Pasta ao munícipe, no ano em questão.

→ **2ª Instância: solicitações** são os pedidos de informação que tiveram recurso de 2º instância registrado naquele ano.

→ **2ª Instância: decisões** são os recursos de 2ª Instância que foram analisados pela CGM e, em caso de deferimento, respondidos pelos órgãos naquele ano.

→ Os recursos de <b>2ª instância deferidos</b> são recursos atendidos pela Pasta de origem após análise e encaminhamento da CGM, no ano em questão.
→ Os recursos de <b>2ª instância indeferidos</b> são recursos analisados e negados pela CGM, devidamente justificados com base legal ao munícipe, no ano em questão.
→ <b>3ª Instância: solicitações</b> são os pedidos de informação que tiveram recurso de 3º instância registrado naquele ano.
→ <b>3ª Instância: decisões</b> são os recursos de 3ª Instância que foram analisados pela Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI) naquele ano e foram respondidos.
→ Os recursos de <b>3ª instância deferidos</b> são recursos atendidos nos seus termos pela Comissão Municipal de Acesso à Informação, naquele ano.
→ Os recursos de <b>3ª instância indeferidos</b> são aqueles negados pela Comissão Municipal de Acesso à informação e justificados ao munícipe, naquele ano.

## I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC

Seguindo a tendência já verificada nos últimos anos, a evolução do uso do sistema e-SIC para a realização de pedidos de acesso à informação vem aumentando gradativamente. Entre 2013 e 2019 houve um incremento de mais de 248%, passando de 2521 solicitações em 2013 para 8778 em 2019.

*Detalhamento dos pedidos recebidos por ano<sup>3</sup>*

Ano	Primeiro protocolo do ano	Último protocolo do ano	Total de pedidos	Média mensal
<b>2012</b>	1	295	295	73,8
<b>2013</b>	296	3870	2521	210,1
<b>2014</b>	3871	10257	2404	200,3
<b>2015</b>	10258	14474	4217	351,4
<b>2016</b>	14475	19686	5212	434,3
<b>2017</b>	19687	27546	7860	655
<b>2018</b>	27547	35649	8103	675,3
<b>2019</b>	35650	44427	8778	731,5
		<b>TOTAL</b>	<b>39.390</b>	

A tabela acima apresenta um resumo dos pedidos efetuados e de seu registro no banco de dados do e-SIC. Na média geral, no ano de 2019 houve um aumento de

<sup>3</sup> Apesar da atribuição do protocolo seguir uma lógica sequencial, testes e eventuais falhas ("gaps") do sistema acabaram retirando alguns intervalos desta sequência. Decorre dessa razão a diferença entre o intervalo de protocolos em um determinado ano e o total de pedidos registrados no período referido. A lista de protocolos que não possuem pedidos pode ser consultada neste link: <<http://bit.ly/protocolos-esic>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

8% na média mensal de pedidos registrados, passando de 675,3 em 2018 para 731,5 em 2019.

## II. Pedidos por Órgão/ Entidade Municipal em 2019

Verifica-se, a seguir, a lista de pedidos recebidos por órgão / entidade municipal e qual a proporção desta quantidade em relação aos 8778 de pedidos registrados no ano.

<b>Órgão / Entidade Municipal</b>	<b>Total de Pedidos</b>	<b>% do total de pedidos</b>
<b>SMS - Secretaria Municipal da Saúde</b>	819	9,33
<b>SME - Secretaria Municipal de Educação</b>	759	8,65
<b>SF - Secretaria Municipal da Fazenda</b>	660	7,52
<b>SPTrans - São Paulo Transportes S/A</b>	521	5,94
<b>SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes</b>	448	5,10
<b>SG - Secretaria Municipal de Gestão</b>	444	5,06
<b>CET - Companhia de Engenharia de Tráfego</b>	415	4,73
<b>SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras</b>	325	3,70
<b>SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social</b>	299	3,41
<b>SMC - Secretaria Municipal de Cultura</b>	216	2,46
<b>SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação</b>	176	2,01
<b>SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente</b>	176	2,01
<b>AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana</b>	175	1,99
<b>SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia</b>	156	1,78
<b>SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras</b>	152	1,73

<b>SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania</b>	149	1,70
<b>SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana</b>	138	1,57
<b>AHM - Autarquia Hospitalar</b>	135	1,54
<b>SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano</b>	133	1,52
<b>SEL - Secretaria Municipal de Licenciamento</b>	129	1,47
<b>COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação</b>	128	1,46
<b>CGM - Controladoria Geral do Município</b>	122	1,39
<b>PGM - Procuradoria Geral do Município</b>	116	1,32
<b>SGM - Secretaria do Governo Municipal</b>	104	1,18
<b>Subprefeitura Sé</b>	89	1,01
<b>Subprefeitura Pinheiros</b>	85	0,97
<b>SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer</b>	63	0,72
<b>SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência</b>	57	0,65
<b>Subprefeitura Butantã</b>	56	0,64
<b>Subprefeitura Lapa</b>	56	0,64
<b>Subprefeitura Ipiranga</b>	51	0,58
<b>Subprefeitura Mooca</b>	51	0,58
<b>Casa Civil</b>	50	0,57
<b>Subprefeitura Santo Amaro</b>	50	0,57
<b>SFMSP - Serviço Funerário</b>	49	0,56

<b>Subprefeitura Itaquera</b>	48	0,55
<b>SP OBRAS - São Paulo Obras</b>	47	0,54
<b>Subprefeitura Santana/Tucuruvi</b>	45	0,51
<b>Subprefeitura Vila Mariana</b>	45	0,51
<b>Subprefeitura Jabaquara</b>	44	0,50
<b>Subprefeitura Itaim Paulista</b>	39	0,44
<b>Subprefeitura M' Boi Mirim</b>	39	0,44
<b>IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo</b>	38	0,43
<b>Subprefeitura Campo Limpo</b>	38	0,43
<b>Subprefeitura Jaçanã/Tremembé</b>	38	0,43
<b>Subprefeitura Pirituba/Jaraguá</b>	38	0,43
<b>SECOM - Secretaria Especial de Comunicação</b>	37	0,42
<b>SP URBANISMO - São Paulo Urbanismo</b>	37	0,42
<b>Prodam-Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Munic.SP</b>	36	0,41
<b>Subprefeitura Penha</b>	35	0,40
<b>Subprefeitura São Miguel Paulista</b>	35	0,40
<b>Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão</b>	34	0,39
<b>Subprefeitura Vila Prudente</b>	34	0,39
<b>Subprefeitura Guaianases</b>	32	0,36

<b>SMDT - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho</b>	31	0,35
<b>Subprefeitura Capela do Socorro</b>	31	0,35
<b>Subprefeitura São Mateus</b>	31	0,35
<b>Subprefeitura Sapopemba</b>	30	0,34
<b>Subprefeitura Ermelino Matarazzo</b>	29	0,33
<b>Subprefeitura Freguesia / Brasilândia</b>	28	0,32
<b>Subprefeitura Perus</b>	28	0,32
<b>SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo</b>	27	0,31
<b>Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha</b>	26	0,30
<b>Subprefeitura Cidade Tiradentes</b>	26	0,30
<b>Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme</b>	26	0,30
<b>Subprefeitura Parelheiros</b>	25	0,28
<b>Subprefeitura Cidade Ademar</b>	22	0,25
<b>HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal</b>	20	0,23
<b>SERS - Secretaria Especial de Relações Sociais</b>	20	0,23
<b>FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo</b>	19	0,22
<b>SMJ - Secretaria Municipal de Justiça</b>	19	0,22
<b>SPTURIS - São Paulo Turismo S/A</b>	14	0,16
<b>Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura</b>	10	0,11

<b>São Paulo Parcerias S/A</b>	10	0,11
<b>SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais</b>	5	0,06
<b>SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos</b>	4	0,05
<b>SMDP - Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias</b>	3	0,03
<b>SPSEC - Companhia Paulista de Securitização</b>	3	0,03
<b>Total</b>	<b>8778</b>	<b>100%</b>

### III. Pedidos por Órgão a cada mês

Para conferir a evolução do número de pedidos de acesso à informação enviados a cada órgão da Administração Municipal, consulte a lista a seguir. Assim como a tabela anterior, ela está ordenada a partir do maior número de pedidos recebidos. Para efeitos de disponibilização da informação, optou-se por indicar apenas a sigla de cada órgão, ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	%
<b>SMS</b>	61	62	68	64	82	150	43	50	59	69	79	32	<b>9,33</b>
<b>SME</b>	43	69	35	51	169	42	49	77	68	60	63	33	<b>8,65</b>
<b>SF</b>	76	57	49	38	72	26	62	111	51	57	45	16	<b>7,52</b>
<b>SPTTrans</b>	39	80	53	66	34	33	48	43	48	27	25	25	<b>5,94</b>
<b>SMT</b>	57	35	54	48	34	49	35	37	29	22	24	24	<b>5,10</b>
<b>SG</b>	24	21	46	67	63	54	40	51	36	19	9	14	<b>5,06</b>
<b>CET</b>	33	37	35	50	47	23	28	36	24	38	37	27	<b>4,73</b>
<b>SMSUB</b>	58	15	25	25	53	44	24	28	16	19	11	7	<b>3,70</b>
<b>SMADS</b>	10	17	126	16	23	27	17	26	16	11	7	3	<b>3,41</b>

<b>SMC</b>	16	19	13	11	21	9	15	28	23	27	21	13	<b>2,46</b>
<b>SEHAB</b>	18	18	10	21	10	22	13	20	16	11	6	11	<b>2,01</b>
<b>SVMA</b>	25	14	8	20	10	5	13	19	23	23	7	9	<b>2,01</b>
<b>AMLURB</b>	19	15	8	22	9	26	7	6	22	32	3	6	<b>1,99</b>
<b>SMIT</b>	7	38	11	23	17	7	14	9	7	11	6	6	<b>1,78</b>
<b>SIURB</b>	8	11	25	20	16	4	12	11	9	12	17	7	<b>1,73</b>
<b>SMDHC</b>	10	4	7	18	10	6	10	14	25	36	7	2	<b>1,70</b>
<b>SMSU</b>	13	9	22	13	12	7	11	21	14	5	5	6	<b>1,57</b>
<b>AHM</b>	5	31	14	10	9	6	20	9	9	10	7	5	<b>1,54</b>
<b>SMDU</b>	4	29	25	9	14	6	3	6	9	13	9	6	<b>1,52</b>
<b>SEL</b>	-	11	10	8	9	24	6	24	11	9	14	3	<b>1,47</b>
<b>COHAB</b>	29	20	9	11	9	8	10	5	7	7	10	3	<b>1,46</b>
<b>CGM</b>	5	10	14	25	18	5	5	16	9	6	6	3	<b>1,39</b>
<b>PGM</b>	10	12	5	10	11	10	11	12	9	15	7	4	<b>1,32</b>
<b>SGM</b>	5	6	9	12	17	6	12	16	9	5	3	4	<b>1,18</b>
<b>Sé</b>	4	8	7	7	7	22	6	10	8	5	-	5	<b>1,01</b>
<b>Pinheiros</b>	4	9	3	9	9	7	13	10	1	8	7	5	<b>0,97</b>
<b>SEME</b>	6	7	5	11	3	6	6	2	1	7	7	2	<b>0,72</b>
<b>SMPED</b>	12	2	10	5	3	-	5	2	5	6	5	2	<b>0,65</b>
<b>Butantã</b>	7	5	4	9	13	1	7	6	1	1	2	-	<b>0,64</b>

<b>Lapa</b>	5	4	2	9	12	7	3	5	3	-	2	4	<b>0,64</b>
<b>Ipiranga</b>	4	7	7	7	6	3	6	2	1	2	2	4	<b>0,58</b>
<b>Mooca</b>	8	8	4	6	5	5	5	2	1	2	2	3	<b>0,58</b>
<b>Casa Civil</b>	6	22	4	4	3	2	-	7	1	1	-	-	<b>0,57</b>
<b>Santo Amaro</b>	5	5	3	10	6	2	5	3	1	4	5	1	<b>0,57</b>
<b>SFMSP</b>	4	2	10	6	10	3	3	2	1	1	6	1	<b>0,56</b>
<b>Itaquera</b>	3	4	-	8	6	2	4	4	2	12	2	1	<b>0,55</b>
<b>SP OBRAS</b>	5	5	6	3	4	3	4	4	4	1	4	4	<b>0,54</b>
<b>Santana/Tucuruvi</b>	5	4	2	8	7	2	8	2	1	4	-	2	<b>0,51</b>
<b>Vila Mariana</b>	6	7	1	7	7	4	2	6	2	1	1	1	<b>0,51</b>
<b>Jabaquara</b>	5	9	1	5	9	-	3	4	2	2	-	4	<b>0,50</b>
<b>Itaim Paulista</b>	3	2	-	5	6	2	3	2	-	3	2	11	<b>0,44</b>
<b>M' Boi Mirim</b>	3	4	1	10	9	2	2	2	1	-	-	5	<b>0,44</b>
<b>IPREM</b>	7	-	17	2	1	1	3	1	2	1	2	1	<b>0,43</b>
<b>Campo Limpo</b>	2	6	-	6	5	3	3	5	1	2	3	2	<b>0,43</b>
<b>Jaçanã/Tremembé</b>	6	8	5	5	7	-	4	2	-	-	-	1	<b>0,43</b>
<b>Pirituba/Jaraguá</b>	4	2	1	8	6	-	3	11	1	1	-	1	<b>0,43</b>
<b>SECOM</b>	5	2	1	11	3	1	1	4	2	1	2	4	<b>0,42</b>

<b>SP URBANISMO</b>	1	2	1	6	11	2	2	1	1	3	5	2	<b>0,42</b>
<b>Prodam</b>	2	1	2	5	7	-	7	3	6	1	1	1	<b>0,41</b>
<b>Penha</b>	4	6	3	6	8	1	2	2	-	1	1	1	<b>0,40</b>
<b>São Miguel Paulista</b>	2	6	1	6	8	1	4	3	2	1	-	1	<b>0,40</b>
<b>Aricanduva/For mosa/Carrão</b>	5	2	1	6	6	3	3	2	4	-	2	-	<b>0,39</b>
<b>Vila Prudente</b>	4	3	4	5	6	-	5	3	2	-	-	2	<b>0,39</b>
<b>Guaianases</b>	3	2	1	8	4	3	3	5	1	-	1	1	<b>0,36</b>
<b>SMDET</b>	1	3	2	1	2	1	4	2	6	2	6	1	<b>0,35</b>
<b>Capela do Socorro</b>	3	3	-	9	7	-	2	3	2	-	1	1	<b>0,35</b>
<b>São Mateus</b>	4	4	1	7	4	2	4	2	1	-	1	1	<b>0,35</b>
<b>Subprefeitura Sapopemba</b>	5	3	2	5	4	-	3	5	2	-	-	1	<b>0,34</b>
<b>Ermelino Matarazzo</b>	3	4	2	5	4	2	3	2	2	-	1	1	<b>0,33</b>
<b>Freguesia / Brasilândia</b>	2	3	-	8	5	2	2	3	-	1	1	1	<b>0,32</b>
<b>Subprefeitura Perus</b>	2	5	1	8	4	1	3	2	-	-	-	2	<b>0,32</b>
<b>SMTUR</b>	1	1	-	3	5	2	6	1	1	2	3	2	<b>0,31</b>
<b>Casa Verde/Cachoeir inha</b>	3	3	-	5	5	-	2	5	-	-	2	1	<b>0,30</b>

<b>Cidade Tiradentes</b>	3	2	-	5	3	2	2	3	-	3	-	3	<b>0,30</b>
<b>Vila Maria/Vila Guilherme</b>	2	2	-	5	6	1	2	2	-	3	1	2	<b>0,30</b>
<b>Parelheiros</b>	2	2	1	5	7	2	2	2	-	-	1	1	<b>0,28</b>
<b>Cidade Ademar</b>	2	3	-	5	4	1	2	2	-	1	-	2	<b>0,25</b>
<b>HSPM</b>	2	2	2	1	4	1	2	1	2	1	1	1	<b>0,23</b>
<b>SERS</b>	2	1	2	5	2	2	2	-	1	2	1	-	<b>0,23</b>
<b>FTMSP</b>	4	-	1	1	1	-	1	-	11	-	-	-	<b>0,22</b>
<b>SMJ</b>	-	1	1	4	2	-	3	1	2	3	2	-	<b>0,22</b>
<b>SPTURIS</b>	-	2	-	7	3	-	1	-	-	1	-	-	<b>0,16</b>
<b>Fundação Paulista de Educação, Tecnologia e Cultura</b>	1	1	-	2	1	-	2	-	3	-	-	-	<b>0,11</b>
<b>São Paulo Parcerias S/A</b>	1	1	1	1	2	1	-	1	-	1	1	-	<b>0,11</b>
<b>SMRI</b>	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,06</b>
<b>SPDA</b>	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,05</b>
<b>SMDP</b>	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,03</b>
<b>SPSEC</b>	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,03</b>
<b>Total</b>	<b>762</b>	<b>842</b>	<b>806</b>	<b>955</b>	<b>1046</b>	<b>707</b>	<b>681</b>	<b>829</b>	<b>640</b>	<b>635</b>	<b>514</b>	<b>361</b>	<b>100</b>

#### IV. Encaminhamentos

O Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) da Prefeitura de São Paulo permite que os órgãos encaminhem, via sistema, pedidos de acesso à informação que não são de sua competência para o órgão competente. Essa funcionalidade permite que o protocolo registrado seja reaproveitado, quando a informação solicitada é de competência da municipalidade, evitando que a pessoa solicitante tenha que abrir um novo pedido de informação para o órgão correto.

A solicitação de encaminhamento parte do órgão que recebeu a demanda originalmente, de modo que, após a solicitação de encaminhamento, o pedido fica no status “congelado” até que a Controladoria Geral do Município possa confirmar a competência do órgão provocado. Após a confirmação de competência para o atendimento do pedido, a CGM é responsável pelo deferimento do encaminhamento. Caso o órgão provocado negue a competência, a CGM indefere a transferência. Uma vez deferido o encaminhamento, o pedido de acesso à informação passa a ter um novo órgão de tramitação e a data de tramitação que passa a ser contabilizada é a do deferimento.

No ano de 2019, houve 2181 solicitações de encaminhamento de pedidos (pedidos com status “congelado”), tendo sido deferidos 1925 encaminhamentos e indeferidos 256.

Total de Pedidos encaminhados em 2019			
Mês	Total	Deferidos	Indeferidos
<b>Janeiro</b>	198	182	16
<b>Fevereiro</b>	223	200	23
<b>Março</b>	173	161	12
<b>Abril</b>	220	182	38
<b>Mai</b>	243	212	31
<b>Junho</b>	230	210	20
<b>Julho</b>	180	161	19
<b>Agosto</b>	263	236	27
<b>Setembro</b>	137	113	24
<b>Outubro</b>	141	121	20

<b>Novembro</b>	94	80	14
<b>Dezembro</b>	79	67	12
<b>TOTAL</b>	<b>2181</b>	<b>1925</b>	<b>256</b>

#### V.Recursos de ofício

No e-SIC municipal, os “Recursos de Ofício” (R.O.) consistem em um mecanismo que registra recursos automáticos para pedidos de acesso à informação que não receberam uma resposta dos órgãos e entidades da Prefeitura na fase inicial de sua tramitação ou na fase recursal de 1ª Instância.

Dessa maneira, se uma unidade não responde uma solicitação nos 20 dias regulamentares do prazo inicial, pede a prorrogação do seu prazo de resposta e mesmo assim não atende a solicitação ou, ainda, se deixa de analisar o recurso de 1ª Instância apresentado à sua autoridade máxima, o pedido é reportado automaticamente para a 2ª Instância, mesmo que o solicitante não registre o recurso. A partir de agosto de 2018 os pedidos recursais de 2ª. instância passaram a ser apreciados pela Ouvidoria Geral do Município.

Na tabela abaixo, estão detalhados todos os 736 pedidos de informação que foram reportados a 2ª Instância automaticamente por Recursos de Ofício em 2019. A tabela apresenta o nome da unidade acionada, a quantidade de R.O.s recebidos e a porcentagem de Recursos de Ofício enviados ao órgão em comparação ao total de pedidos registrados para aquele órgão no período.

<b>Órgão</b>	<b>Total de R.O's</b>	<b>% do total de pedidos</b>
<b>SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social</b>	164	<b>54,85%</b>
<b>SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente</b>	120	<b>68,18%</b>
<b>AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana</b>	80	<b>45,71%</b>
<b>SME - Secretaria Municipal de Educação</b>	67	<b>8,83%</b>
<b>SMS - Secretaria Municipal da Saúde</b>	46	<b>5,62%</b>
<b>SMC - Secretaria Municipal de Cultura</b>	26	<b>12,04%</b>
<b>SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras</b>	24	<b>7,38%</b>

<b>Subprefeitura São Mateus</b>	15	<b>48,39%</b>
<b>SERS - Secretaria Especial de Relações Sociais</b>	13	<b>65,00%</b>
<b>SF - Secretaria Municipal da Fazenda</b>	11	<b>1,67%</b>
<b>SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana</b>	11	<b>7,97%</b>
<b>Subprefeitura Capela do Socorro</b>	11	<b>35,48%</b>
<b>Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha</b>	11	<b>42,31%</b>
<b>Subprefeitura Guaianases</b>	10	<b>31,25%</b>
<b>Subprefeitura Perus</b>	10	<b>35,71%</b>
<b>Subprefeitura Santana/Tucuruvi</b>	10	<b>22,22%</b>
<b>Subprefeitura Sé</b>	9	<b>10,11%</b>
<b>SFMSP - Serviço Funerário</b>	8	<b>16,33%</b>
<b>Casa Civil</b>	6	<b>12,00%</b>
<b>SGM - Secretaria do Governo Municipal</b>	6	<b>5,77%</b>
<b>Subprefeitura Cidade Tiradentes</b>	6	<b>23,08%</b>
<b>Subprefeitura Ipiranga</b>	5	<b>9,80%</b>
<b>IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo</b>	4	<b>10,53%</b>
<b>SG - Secretaria Municipal de Gestão</b>	4	<b>0,90%</b>
<b>Subprefeitura Campo Limpo</b>	4	<b>10,53%</b>
<b>Subprefeitura Jabaquara</b>	4	<b>9,09%</b>
<b>Subprefeitura M' Boi Mirim</b>	4	<b>10,26%</b>

<b>Subprefeitura Sapopemba</b>	4	<b>13,33%</b>
<b>COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação</b>	3	<b>2,34%</b>
<b>SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania</b>	3	<b>2,01%</b>
<b>SPTURIS - São Paulo Turismo S/A</b>	3	<b>21,43%</b>
<b>Subprefeitura Itaquera</b>	3	<b>6,25%</b>
<b>Subprefeitura Santo Amaro</b>	3	<b>6,00%</b>
<b>PGM - Procuradoria Geral do Município</b>	2	<b>1,72%</b>
<b>SECOM - Secretaria Especial de Comunicação</b>	2	<b>5,41%</b>
<b>SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer</b>	2	<b>3,17%</b>
<b>Subprefeitura Jaçanã/Tremembé</b>	2	<b>5,26%</b>
<b>Subprefeitura Lapa</b>	2	<b>3,57%</b>
<b>Subprefeitura Mooca</b>	2	<b>3,92%</b>
<b>Subprefeitura Vila Prudente</b>	2	<b>5,88%</b>
<b>AHM - Autarquia Hospitalar</b>	1	<b>0,74%</b>
<b>SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação</b>	1	<b>0,57%</b>
<b>SEL - Secretaria Municipal de Licenciamento</b>	1	<b>0,78%</b>
<b>SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras</b>	1	<b>0,66%</b>
<b>SMDP - Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias</b>	1	<b>33,33%</b>
<b>SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia</b>	1	<b>0,64%</b>
<b>SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes</b>	1	<b>0,22%</b>

<b>SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo</b>	1	<b>3,70%</b>
<b>Subprefeitura Cidade Ademar</b>	1	<b>4,55%</b>
<b>Subprefeitura Ermelino Matarazzo</b>	1	<b>3,45%</b>
<b>Subprefeitura Itaim Paulista</b>	1	<b>2,56%</b>
<b>Subprefeitura Penha</b>	1	<b>2,86%</b>
<b>Subprefeitura Pirituba/Jaraguá</b>	1	<b>2,63%</b>
<b>Subprefeitura São Miguel Paulista</b>	1	<b>2,86%</b>
<b>Total</b>	736	

#### VI. Canal de Entrada dos pedidos

Os pedidos de acesso à informação em São Paulo podem ser registrados por três canais: eletronicamente, pelo Portal eletrônico e-SIC, presencialmente nas unidades de atendimento do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão ou por carta, endereçada aos órgãos da Prefeitura de São Paulo ou à Controladoria Geral do Município. Como uma ação de difundir o acesso a esse serviço, as unidades de atendimento presencial da Ouvidoria Geral do Município, nas 7 (sete) unidades do Descomplica-SP<sup>4</sup>, passaram a acolher e registrar os pedidos de Acesso à Informação. Além disso, passou a ser divulgada a lista com as unidades de atendimento presencial do SICs no Portal da CGM, podendo ser acessada por esse link: <<https://bit.ly/SIC-presencial>>. Abaixo temos a quantidade de pedidos registrados em 2019, de acordo com seu canal de entrada:

<b>Canal de Entrada</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% sobre o Total de pedidos</b>
Portal eletrônico e-SIC	8749	99,67%
Presencialmente	19	0,22%
Carta	10	0,11%
<b>TOTAL</b>	<b>8778</b>	<b>100%</b>

<sup>4</sup> A lista das unidades de atendimento presencial da Ouvidoria Geral do Município nos Descomplicas-SP pode ser acessada nesse link: <<https://bit.ly/fale-com-ouvidoria>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

## 2. Classificação Temática dos Pedidos de Acesso à Informação

Em 2017, a Divisão de Transparência Passiva da Ouvidoria Geral do Município deu início à categorização dos pedidos de acesso à informação registrados no Sistema e-SIC durante o ano. A categorização se dá em três aspectos:

- A. **Tema VCGE<sup>5</sup>** – categorização dos pedidos com base no Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico.
- B. **Subtema** – categorização a partir de subtemas elaborados pela Prefeitura de São Paulo.
- C. **Natureza** – categorização de acordo com a natureza pública ou pessoal da solicitação.

Em 2019, foi utilizada a Versão 2.1.0 do VCGE<sup>6</sup>. Abaixo, estão listados os dez assuntos (temas e subtemas) mais recorrentes nos pedidos de acesso à informação em 2019.

Subtema	TEMA - VCGE	Quantidade
<b>Documentos</b>	Administração	<b>1098</b>
<b>Funcionalismo</b>	Administração	<b>1036</b>
<b>Administração Financeira</b>	Economia e Finanças	<b>454</b>
<b>Serviços Urbanos</b>	Urbanismo	<b>436</b>
<b>Tributos</b>	Economia e Finanças	<b>388</b>
<b>Reclamação</b>	Fora de Escopo	<b>346</b>
<b>Outros em Transportes</b>	Transportes	<b>263</b>
<b>Planejamento Urbano</b>	Urbanismo	<b>243</b>
<b>Solicitação de Serviços</b>	Fora de Escopo	<b>239</b>

<sup>5</sup> O Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) é um vocabulário controlado destinado a indexar informações (documentos, bases de dados, sites etc.) desenvolvido pelo governo federal. Ele foi projetado com dois objetivos básicos: servir de interface de comunicação com o cidadão e como ferramenta de gestão. Por conta da natureza do VCGE, ele foi usado para classificar o conteúdo da informação solicitada de forma coordenada à classificação federal, já afeita à comunicação tanto com o cidadão quanto a de gestão, possibilitando a classificação aos mesmos moldes da União. O VCGE é feito para ser consultado pelo público em geral e seu processo de indexação deve atingir os objetivos mais gerais da demanda, o que significa a necessidade do próximo campo na tabela que é o subtema e que permite aproximar, em níveis administrativos, a demanda do munícipe às atividades desenvolvidas pelo Governo Municipal. A classificação do Tema do pedido corresponde ao Nível 1 do VCGE, de modo que o Subtema corresponde a uma classificação própria elaborada pela Prefeitura de São Paulo, na qual são apresentados subtemas relevantes à realidade municipal.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/VCGE-2016>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<b>Assistência e Desenvolvimento Social</b>	Proteção Social	<b>197</b>
---	-----------------	------------

### Imagem 1: 10 principais temas solicitados em 2019

Em relação à classificação de acordo com a natureza das solicitações, observou-se que 94,13% dos pedidos registrados em 2019 eram de natureza pública, enquanto 5,87% eram de natureza pessoal.

Natureza dos Pedidos 2019	Total de pedidos em 2019	% do total de pedidos 2019
<b>Pública</b>	8263	94,13%
<b>Pessoal</b>	515	5,87%
<b>Total</b>	8778	100%

Ressalta-se que a classificação temática completa, contendo a classificação de todos os 8778 pedidos e o dicionário de variáveis, encontra-se disponível no link: <http://bit.ly/classificacao-tematica-esic><sup>7</sup>.

Por fim, no ano de 2019, 47,96% dos pedidos solicitavam informações consideradas comuns, que não exigem grandes trabalhos de análise e consolidação de informação para o pleno atendimento. Em sequência, 42,94% dos pedidos eram relacionados a informações complexas, que demandam mais trabalho de análise e consolidação das informações pelos órgãos. Por fim, 9,1% das solicitações registradas no e-SIC na verdade não eram de competência do e-SIC municipal, seja por serem solicitações de serviços, denúncias, reclamações, elogios ou por não serem informações de competência da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Complexidade dos Pedidos	Total de pedidos em 2019	% do total de pedidos 2019
<b>Comum - CO</b>	4210	47,96%
<b>Complexo - CX</b>	3769	42,94%
<b>Fora de Escopo - FE</b>	799	9,1%
<b>Total</b>	8778	100%

<sup>7</sup> Acesso em: 25 abr. 2020.

## 3. Perfil de usuários do e-SIC

Ao se cadastrar no e-SIC, o/a solicitante tem a opção de preencher algumas informações que permitem traçar um perfil de usuários do sistema. A seguir, serão apresentados os aspectos gerais das pessoas que fizeram solicitações de informações à Prefeitura de São Paulo e que também optaram por fornecer essas informações.

Esses dados podem ser consultados em sua íntegra no seguinte link: <<http://bit.ly/informacoes-cadastrais-esic>><sup>8</sup>.

### I. Localização geográfica de solicitantes

A indicação do Código de Endereçamento Postal (CEP), não se configura como dado obrigatório para a realização de pedidos de acesso à informação via e-SIC. No entanto, com base nos cidadãos que indicaram o CEP é possível identificar as regiões onde há maior concentração de pedidos de informação e-SIC. As regiões aqui indicadas são com base na divisão feita pelos Correios<sup>9</sup>.

Nº da Região	Descrição	Quantidade de Pedidos
0	Grande São Paulo	5967
1	Estado de São Paulo (exceção da região da Grande São Paulo)	342
2	Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo	60
3	Estado de Minas Gerais	78
4	Estados da Bahia e Sergipe	9
5	Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte	6
6	Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima e Acre	15
7	Distrito Federal, Estados de Goiás, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	55
8	Estados do Paraná e Santa Catarina	173

<sup>8</sup> Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>9</sup> Link disponível em: <<https://bit.ly/correio-estrutura-cep>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<b>9</b>	Estado do Rio Grande do Sul	<b>11</b>
	Outros <sup>10</sup>	<b>26</b>
	Não Responderam	<b>2036</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>8778</b>

## II. Quantidade de pedidos por personalidade jurídica de solicitantes

O cadastro de solicitantes no e-SIC exige a informação da natureza jurídica da pessoa solicitante (física ou jurídica). Do total de pedidos cadastrados em 2019, 7,28% foram cadastrados por pessoas jurídicas e 92,72% por pessoas físicas.

Solicitante	Total de pedidos em 2019	% do total de pedidos 2019
<b>Pessoa Física</b>	8139	92,72%
<b>Pessoa Jurídica</b>	639	7,28%
<b>Total</b>	8778	100%

## III. Quantidade de pedidos por gênero de solicitantes

As pessoas solicitantes não são obrigadas a declarar seu gênero para cadastrar pedidos no e-SIC. Do total de pedidos cadastrados em 2019 por pessoas físicas, 35,42% foram cadastrados por pessoas do sexo feminino, 56,85% por pessoas do sexo masculino e 7,73% não responderam.

Solicitante/ Gênero	Total de pedidos em 2019	% do total de pedidos 2019
<b>Não Responderam</b>	629	7,73%
<b>Masculino</b>	4627	56,85%
<b>Feminino</b>	2883	35,42%
<b>Total</b>	8139	100%

<sup>10</sup> Nesses casos são CEPs que ou apresentaram inconsistências ou são de lugares fora do Brasil.

#### IV. Quantidade de pedidos por escolaridade de solicitantes

É facultado às pessoas físicas que se cadastram no e-SIC informar seu nível de instrução. De forma geral, a maioria das pessoas cadastradas cursa ou concluiu o Ensino Superior (43,95%). Ademais, dentre a maioria, encontram-se as pessoas que cursam ou concluíram uma Pós-graduação (23,76%) e as pessoas que cursam ou concluíram o Ensino Médio (10,39%).

No cruzamento de escolaridade por gênero, percebe-se que há proporcionalmente mais solicitantes do sexo feminino que estão cursando ou concluíram o Ensino Superior (47,49%) em comparação com o sexo masculino (46,73%). A mesma tendência é observada entre os solicitantes que estão cursando ou concluíram a pós-graduação, com 27,96% do sexo feminino e 24,36% do sexo masculino.

Além disso, cabe ressaltar que quase todas as pessoas que deixaram o campo sexo em branco também não preencheram o campo escolaridade (91,73%).

Escolaridade	Geral	% geral	Masc	% entre masc	Fem	% entre fem	N/R	% entre N/R
<b>Ensino Superior</b>	3577	43,95%	2162	46,73%	1369	47,49%	46	7,31%
<b>Pós-graduação</b>	1934	23,76%	1127	24,36%	806	27,96%	1	0,16%
<b>N/R (Não respondeu)</b>	914	11,23%	272	5,88%	65	2,25%	577	91,73%
<b>Ensino Médio</b>	846	10,39%	510	11,02%	336	11,65%	0	0,00%
<b>Mestrado</b>	523	6,43%	297	6,42%	222	7,70%	4	0,64%
<b>Doutorado</b>	240	2,95%	196	4,24%	43	1,49%	1	0,16%
<b>Ensino Fundamental</b>	90	1,11%	51	1,10%	39	1,35%	0	0,00%
<b>Sem instrução formal</b>	15	0,18%	12	0,26%	3	0,10%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>8139</b>		<b>4627</b>		<b>2883</b>		<b>629</b>	

Olhando os dados de 2018, percebe-se que se mantém a concentração dos pedidos registrados feitos por requerentes com ensino superior cursando ou concluído (45,04%) e com pós-graduação cursando ou concluída (21,85%). Todos os

dados sobre as informações cadastrais de 2018 estão disponíveis no Relatório Anual de 2018, disponível em: <<https://bit.ly/LAI-2018><sup>11</sup>>.

## V.Ocupação Profissional de solicitantes por pedidos

No tocante à ocupação profissional dos solicitantes, a maior parte dos pedidos foi feita por jornalistas (19,46%), outras profissões (14,32%), estudantes (11,98%) e empregados do setor privado (8,76%).

Quando se restringe a análise às pessoas do sexo masculino, a ordem se estabelece nas seguintes proporções: jornalistas (22,54%), outras profissões (15,43%), estudantes (10,65%) e empregados do setor privado (8,17%)

Já no recorte entre as pessoas do sexo feminino, as ocupações responsáveis por mais pedidos são: jornalistas (17,34%), estudantes, (16,68%), outras profissões (15,61%), empregado – setor privado (11,62%) e pesquisadoras (8,12%).

Ocupação Profissional	Geral	% geral	Masc	% entre masc	Fem	% entre fem	N/R	% entre N/R
<b>Jornalista</b>	1584	19,46%	1043	22,54%	500	17,34%	41	6,52%
<b>Outra</b>	1167	14,34%	714	15,43%	450	15,61%	3	0,48%
<b>N/R (Não respondeu)</b>	1072	13,17%	356	7,69%	143	4,96%	573	91,10%
<b>Estudante</b>	975	11,98%	493	10,65%	481	16,68%	1	0,16%
<b>Empregado - setor privado</b>	713	8,76%	378	8,17%	335	11,62%	0	0,00%
<b>Pesquisador</b>	551	6,77%	315	6,81%	234	8,12%	2	0,32%
<b>Profis. Liberal / Autônomo</b>	522	6,41%	350	7,56%	169	5,86%	3	0,48%

<sup>11</sup> Acesso em 25 abr. 2020

<b>Empresário / Empreendedor</b>	461	5,66%	353	7,63%	105	3,64%	3	0,48%
<b>Servidor público municipal</b>	442	5,43%	285	6,16%	156	5,41%	1	0,16%
<b>Professor</b>	245	3,01%	114	2,46%	131	4,54%	0	0,00%
<b>Servidor público estadual</b>	180	2,21%	94	2,03%	85	2,95%	1	0,16%
<b>Servidor público federal</b>	143	1,76%	96	2,07%	46	1,60%	1	0,16%
<b>Membro de ONG nacional</b>	62	0,76%	24	0,52%	38	1,32%	0	0,00%
<b>Membro de partido político</b>	11	0,14%	10	0,22%	1	0,03%	0	0,00%
<b>Representante de Sindicato</b>	6	0,07%	0	0,00%	6	0,21%	0	0,00%
<b>Membro de ONG internacional</b>	5	0,06%	2	0,04%	3	0,10%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>8139</b>		<b>4627</b>		<b>2883</b>		<b>629</b>	

Em 2018, a maior parte dos pedidos foi feita por jornalistas (18,03%), estudantes (10,03%), empregados do setor privado (8,463%) e empresários/empreendedores (7,25%). Todos os dados sobre as informações cadastrais de 2018 estão disponíveis no Relatório Anual de 2018, disponível em: <<https://bit.ly/LAI-2018>>.

## 4. Transparência Ativa

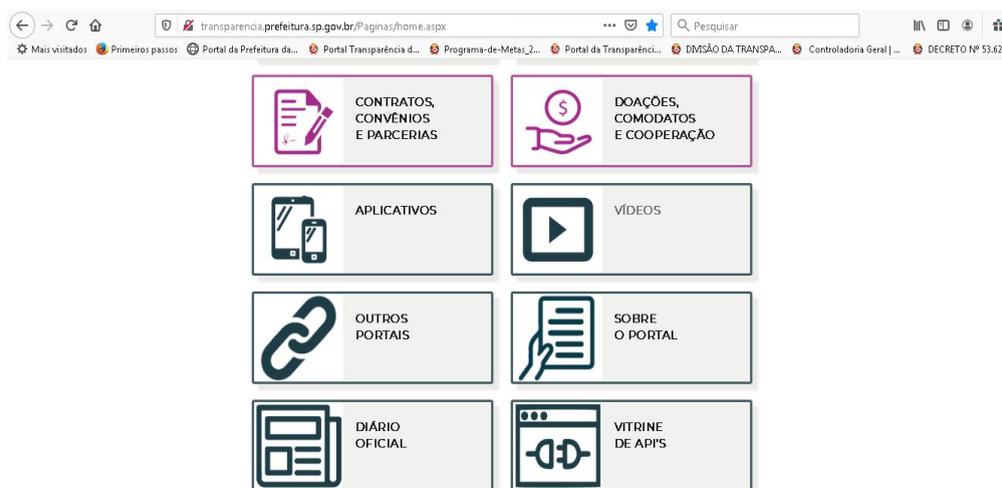
Para cumprir as obrigações legais de transparência pública e oferecer um repositório confiável de dados públicos referentes à Prefeitura de São Paulo, a Divisão de Transparência Ativa da CGM mantém atualizados o Portal da Transparência e o Portal de Dados Abertos. Confira abaixo as estatísticas de uso destes canais.

### I. Portal da Transparência

Em 2019, o Portal de Transparência da Cidade de São Paulo passou a disponibilizar os gastos com os Cartões de Pagamento de Despesas da Prefeitura (também chamado de CCD - Cartão de Controle de Despesas), em um mecanismo criado em parceria com a Secretaria Municipal da Fazenda (SF). Essa nova forma de consulta permite o controle social quanto aos gastos com os cartões disponibilizados aos servidores municipais. Por meio deste link <[https://bit.ly/CCD\\_Transp](https://bit.ly/CCD_Transp)<sup>12</sup>> você pode consultar essa ferramenta.

O Portal de Transparência passou a disponibilizar em sua página inicial o link direto para a Vitrine de API's <<https://bit.ly/vitrineAPI>><sup>13</sup>, iniciativa da PRODAM que disponibiliza interfaces de comunicação de dados sobre a cidade de São Paulo de forma transparente e democrática, além do link direto para acesso ao Diário Oficial da Cidade de São Paulo <<https://bit.ly/DOC-SP>><sup>14</sup>, facilitando o acesso a esse importante Portal de publicações oficiais.

#### Imagem 2: Botões da Vitrine de API's e do Diário Oficial no Portal de Transparência



<sup>12</sup> Acesso em 25 abr. 2020

<sup>13</sup> Acesso em 25 abr. 2020

<sup>14</sup> Acesso em 25 abr. 2020

Por fim, agora na seção “Transparência em Gráficos” é possível consultar os gráficos de visitas ao Portal de Transparência e ao Portal de Dados Abertos.

**Imagem 3: Visitas ao Portal de Transparência e ao Portal de Dados Abertos entre 2013 e 2019**



O Portal da Transparência pode ser acessado pelo link: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>. Abaixo, constam os dados de acesso do Portal.

Ano	Visitantes Únicos	Visitantes Totais	Páginas Visitadas
<b>2012<sup>15</sup></b>	44.168	76.491	1.597.797
<b>2013</b>	79.112	146.405	2.607.839
<b>2014</b>	135.595	192.407	3.268.225
<b>2015</b>	108.681	185.200	2.909.099
<b>2016</b>	126.670	190.721	3.579.494
<b>2017</b>	169.109	432.119	4.831.820
<b>2018</b>	179.973	381.462	5.789.287
<b>2019</b>	184.833	418.746	7.921.016
<b>TOTAL</b>	<b>1.028.141</b>	<b>2.023.551</b>	<b>32.504.577</b>

<sup>15</sup> Dados a partir de maio de 2012, quando o Portal foi criado.

Em 2019, a quantidade de visitantes únicos no Portal de Transparência cresceu 3% em comparação com o ano anterior. Os visitantes totais cresceram cerca de 10% e, muito importante, a quantidade de páginas visitadas apresentou um aumento de 37% em comparação com 2018.

## II. Portal de Dados Abertos

No ar desde dezembro de 2015, o Portal de Dados Abertos organiza e disponibiliza os dados produzidos pela Administração Municipal. Ele pode ser acessado pelo seguinte link: <<http://dados.prefeitura.sp.gov.br/>>. E abaixo constam os dados de acesso do Portal.

Ano	Visitantes Únicos	Visitantes Totais	Páginas Visitadas
2015 <sup>16</sup>	532	854	29.942
2016	16.310	25.757	320.195
2017	65.147	94.115	962.375
2018	207.665	248.741	2.331.807
2019	345.420	477.678	3.817.376
<b>TOTAL</b>	<b>635.074</b>	<b>847.145</b>	<b>7.461.695</b>

Os dados relativos ao Portal de Dados Abertos apresentam um importante crescimento nos dados de acesso quando comparado com o ano anterior (2018). Em 2018, o número de visitantes únicos e de visitantes totais cresceu 66%, enquanto o 64% mais páginas foram visitadas no Portal em 2019.

## III. Pedidos Respondidos: divulgação das respostas de pedidos de acesso à informação

A Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos mantém a atualização mensal da base de dados “Pedidos Respondidos”, na qual constam todos os pedidos de acesso à informação (não relacionados a informações pessoais dos solicitantes) realizados pelo sistema e-SIC, bem como as suas respectivas respostas e arquivos anexos enviados pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município.

Para preservar a privacidade de solicitantes e maximizar a transparência, uma equipe de servidores da Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) e da Ouvidoria Geral do Município (OGM) analisa cada pedido que tramita pelo e-SIC, assim como suas respostas e seus anexos, com a finalidade de proteger o sigilo de eventuais dados pessoais ou de restrição de acesso prevista pela legislação.

A base de dados de pedidos respondidos pode ser acessada por meio do seguinte link: <<http://bit.ly/pedidos-respondidos>>.

---

<sup>16</sup> Dados a partir de dezembro de 2015, quando o Portal foi lançado.

## 5. Informações Classificadas e Desclassificadas

Conforme o Art. 30 do Decreto Municipal nº 53.623/2012, que regulamenta a LAI no âmbito do Executivo Municipal, são passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Essas informações devem ser classificadas como “reservada”, “secreta” ou “ultrassecreta”, o que define seus prazos máximos de restrição ao acesso em 5, 15 ou 25 anos, respectivamente. O Decreto prevê, ainda, a possibilidade de que informações sejam classificadas quando houver pedido de acesso àquela informação (Art. 77).

Desde a publicação do Decreto Municipal nº 56.519/2015, a classificação das informações, em qualquer grau de sigilo, é competência exclusiva da Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), também por meio de Termo de Classificação. Cabe à CMAI rever, quando provocada ou por ofício, conforme o Art. 40 do Decreto 53.623/2012, a classificação de informações ultrassecetas ou secretas, de modo que a revisão de ofício deve ocorrer, no máximo, a cada quatro anos. Além disso, a CMAI pode prorrogar, uma única vez e por período determinado, não superior a 25 anos, o prazo de sigilo de informação ultrassecreta, mediante justificativa.

Não houve, entre janeiro e dezembro de 2019, novas solicitações de classificação ou desclassificação de sigilo de informações. Houve, no entanto, reavaliação dos termos de classificação vigentes, termos nº 01/SMADS e nº 02/SMADS pela Comissão Municipal de Acesso à Informação – CMAI, na 57ª Reunião Ordinária da Comissão que ocorreu no dia 19 de Dezembro de 2019. Na oportunidade desta reunião, foi apresentado parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município (PGM) em que foi apontado ser necessário: (i) Especificação da rede socioassistencial alcançada pelo sigilo, nos termos das categorias previstas na Portaria SMADS nº 46/2010; (ii) Adoção como fundamento legal o art. 23, inciso III, da Lei Federal nº12.527/2011 (e não o inciso VII) (“pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população”), bem como o artigo 30, inciso IV, do Decreto Municipal nº 53.623/2012; e (iii) Utilização da terminologia de grau de sigilo RESERVADO. Assim, após a análise dos Termos nº 01 e 02 da SMADS e do parecer da PGM, os membros da CMAI deliberaram, por unanimidade, pela: (i) Nova classificação dos Termos para que conste como grau de sigilo ULTRASSECRETO, com termo inicial em 09/05/2019; (ii) Correção do fundamento legal para que conste o art. 23, inciso III, da Lei Federal nº 12.527/2011 e o artigo 30, inciso IV, do Decreto Municipal nº 53.623/2012, vez que não se trata de informação pessoal; e (iii) Apresentação das minutas dos novos Termos na próxima Reunião Ordinária da CMAI.

Seguem abaixo os Termos de Classificação em vigência:

<b>TERMO Nº</b>	<b>01 / SMADS</b>
-----------------	-------------------

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE</b>	<b>SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social</b>
<b>ASSUNTO DA INFORMAÇÃO</b>	Localização de serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes – vítimas de abandono, negligência, violência, exploração ou por decisão judicial de destituição temporária ou permanente do poder familiar.
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>	Excel – tabela de serviços conveniados
<b>DATA DE CLASSIFICAÇÃO</b>	19/12/2019
<b>FUNDAMENTO</b>	Conforme Lei Federal nº12.527 de 18 de Novembro de 2011 - Seção II, Artigo 23º, Inciso III e Decreto Municipal nº53.623 de 12 de Dezembro de 2012, Capítulo 30, Seção I, Artigo 30º, Inciso IV
<b>RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO</b>	Segundo a LEI Nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009 o referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, maus tratos, exploração, abandono, e outras situações de risco pessoal, assim a divulgação pública de sua localização poderá colocar em risco de vida seus moradores.
<b>GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO</b>	Ultrassegredo – 25 anos (art. 33, III, Decreto 53623/2012) ou consumado o evento correspondente a 3 anos do encerramento da utilização do imóvel como unidade de acolhimento

<b>TERMO Nº</b>	<b>02 / SMADS</b>
<b>ÓRGÃO/ENTIDADE</b>	<b>SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social</b>
<b>ASSUNTO DA INFORMAÇÃO</b>	Localização de Serviço de Acolhimento Institucional de Vítimas de Violência – Vítimas de abandono, negligência, exploração violência sexual, ou por decisão judicial medida protetiva.
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>	Excel – tabela de serviços conveniados
<b>DATA DE CLASSIFICAÇÃO</b>	19/12/2019
<b>FUNDAMENTO</b>	Conforme Lei Federal nº12.527 de 18 de Novembro de 2011 - Seção II, Artigo 23º, Inciso III e Decreto Municipal nº53.623 de 12 de Dezembro de 2012, Capítulo 30, Seção I, Artigo 30º, Inciso IV
<b>RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO</b>	O referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de vítimas de violência, maus tratos, exploração, abuso, violência física, psicológica ou sexual, entre

	outras situações de risco pessoal, assim a divulgação pública de sua localização poderá colocar em risco de vida seus moradores.
<b>GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO</b>	Ultrassegredo – 25 anos (art. 33, III, Decreto 53623/2012) ou consumado o evento correspondente a 3 anos do encerramento da utilização do imóvel como unidade de acolhimento.

<b>TERMO N°</b>	<b>01 / SMDHC</b>
<b>ÓRGÃO/ENTIDADE</b>	<b>SMDHC- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para Mulheres (na data de classificação: SMPM - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres)</b>
<b>ASSUNTO DA INFORMAÇÃO</b>	Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>	Localização de abrigo
<b>DATA DE CLASSIFICAÇÃO</b>	09/05/2014
<b>FUNDAMENTO</b>	Conforme Lei Federal nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 – Seção II, Artigo 23º, Inciso VII, e Decreto Municipal nº 53.623, de 12 de Dezembro de 2012, Capítulo V, Seção I, Artigo 30º, Inciso IV
<b>RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO</b>	O referido serviço, Casa Abrigo Helenira de Souza Rezende, é uma oferta de acolhimento provisório, que oferece proteção e abrigamento às mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte, ou ameaça, em razão de violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Desta forma, a divulgação pública da localização da Casa Abrigo Helenira de Souza Rezende poderá colocar suas abrigadas em risco de vida, considerando que as mulheres acolhidas, acompanhadas ou não de seus filhos, precisam ter sua segurança garantida
<b>GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO</b>	Ultrassegredo (25 anos)

<b>TERMO N°</b>	<b>02 / SMDHC</b>
<b>ÓRGÃO/ENTIDADE</b>	<b>SMDHC- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para Mulheres (na data de classificação: SMPM - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres)</b>
<b>ASSUNTO DA INFORMAÇÃO</b>	Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência
<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>	Localização de abrigo
<b>DATA DE CLASSIFICAÇÃO</b>	20/04/2016
<b>FUNDAMENTO</b>	Conforme o artigo 35, II, da Lei Federal 11.340/06 (Lei Maria da Penha), o artigo 23, inciso VII, da Lei Federal nº 12.527/11 e o artigo 30, IV, do Decreto Municipal nº 53.623/12
<b>RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO</b>	Da mesma maneira que a Casa Abrigo Helenira de Souza, cujo sigilo reside no TC nº 001/SMPM, a futura nova Casa Abrigo, ainda não nomeada, comporá a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Esse serviço é uma oferta de acolhimento provisório, que oferece proteção às mulheres, acompanhadas ou não dos seus filhos e filhas, em situação de risco ou ameaça, em razão da violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Desta forma, a divulgação pública de sua localização poderá colocar suas abrigadas em risco de vida, considerando que as mulheres acolhidas, acompanhadas ou não de seus filhos e filhas, necessitando ter sua segurança garantida
<b>GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO</b>	Ultrassegredo (25 anos)

## 6. Capacitações e debates realizados

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019, a Controladoria Geral do Município (CGM) realizou 34 eventos e atividades de formação, nas quais houve a presença de 797 participantes ao todo. Os eventos e formações mantiveram seu objetivo de disseminar a cultura da transparência na Administração Pública e na sociedade, com foco em questões administrativas e tecnológicas relacionadas ao acesso à informação pública. Abaixo, consta a tabela síntese de todas essas ações.

Atividade	Público	Número de Eventos	Número de Presentes
Capacitações sobre LAI e o Sistema e-SIC	Servidores	14	388
Curso 'Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos' (EMASP)	Servidores	5	80
Formação em Governo Aberto - Rede INFO Aberta	Servidores	6	93
Oficina da LAI	Servidores e sociedade civil	7	115
Atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto	Servidores e sociedade civil	2	111
<b>Total</b>		<b>34</b>	<b>787</b>

Os tópicos seguintes apresentam uma lista desses eventos, acompanhados da data de realização e do número de participantes, categorizados por: **(I)** Atividades Internas de Formação, voltadas para servidores/as municipais; **(II)** Atividades envolvendo Público Interno e Externo, que são encontros e espaços de interlocução entre o poder público e a sociedade civil com vistas à disseminação das práticas de transparência pública; e **(III)** Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto, realizado por meio de edital de contratação de pessoas físicas para ministrarem oficinas ligadas aos eixos de Governo Aberto.

### I. Atividades internas de formação

No ano de 2019, a CGM promoveu 25 atividades formativas dedicadas exclusivamente a servidores/as municipais da Prefeitura de São Paulo, com um total de 561 participantes. Os cursos tiveram por objetivo capacitar e instrumentalizar as/os participantes nos temas de transparência pública, utilização do Serviço de

Informação ao Cidadão (SIC), gestão da informação, abertura de dados e governo aberto. Seguem abaixo as atividades discriminadas por tipo.

Atividade	Data	Público Presente
<b>Capacitação sobre a LAI e o Sistema e-SIC</b>		
SIC Presencial - Subprefeitura Campo Limpo	18/02/2019	2
Lei de Acesso à Informação e Sistema e-SIC	19/02/2019	32
Lei de Acesso à Informação e Sistema e-SIC - SMADS	20/03/2019	10
Workshop sobre Acessibilidade e Transparência nos portais institucionais - Assessorias de Comunicação das Subprefeituras	22/03/2019	39
Workshop sobre Acessibilidade e Transparência nos portais institucionais - Assessorias de Comunicação das Secretarias Municipais	10/04/2019	23
Lei de Acesso à Informação e Sistema e-SIC - Casa Civil e SERS	11/04/2019	5
Lei de Acesso à Informação e Sistema e-SIC - SMS	23/04/2019	65
Lei de Acesso à Informação e Sistema e-SIC - SG	14/05/2019	7
SIC Presencial - SMJ e Subprefeitura Santana/Tucuruvi	25/07/2019	17
Lei de Acesso à Informação e Sistema e-SIC	30/07/2019	21
SIC Presencial - Ouvidoria da AHM	07/08/2019	3
Transparência Passiva e Índice de Transparência Passiva na mitigação de riscos - Programa de Integridade e Boas Práticas	29/08/2019	128
Lei de Acesso à Informação e Sistema e-SIC	08/10/2019	15
Encerramento do ano de 2019	12/12/2019	21
<b>Subtotal</b>	<b>14</b>	<b>388</b>

Atividade	Data	Público Presente
<b>Curso 'Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos' (EMASP)</b>		
1a edição, em parceria com a EMASP	30/01/2019	22
2a edição, em parceria com a EMASP	20/03/2019	17
3a edição, em parceria com a EMASP	08/05/2019	14
4a edição, em parceria com a EMASP	28/08/2019	17
5a edição, em parceria com a EMASP	02/10/2019	10
<b>Subtotal</b>	<b>5</b>	<b>80</b>

Atividade	Data	Público Presente
<b>Formação em Governo Aberto - Rede INFO Aberta</b>		
1o Encontro dos Pontos Focais de Governo Aberto - Apresentação das Atividades	24/06/2019	13
2o Encontro dos Pontos Focais de Governo Aberto - Apresentação das Atividades - Mapeamento	14/08/2019	12
Oficina Comunicação Não-Violenta e Educomunicação: aproximações e práticas	27/09/2019	13
Oficina Cidadão no Poder - o Executivo e o Legislativo	16/10/2019	13
Como funciona a participação das mulheres na política	06/11/2019	24
Dados abertos, controle social e a cidade do futuro	11/12/2019	18
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>	<b>93</b>

## II. Atividades envolvendo Público Interno e Externo

Em 2019, a Controladoria Geral do Município realizou 09 eventos e atividades de formação voltadas ao público interno e externo, com um total de 111 participantes. Essas atividades consistiram em 7 oficinas da LAI e 2 atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto. Seguem abaixo as atividades discriminadas por tipo.

Atividade	Data	Público Presente
<b>Oficina da LAI</b>		
Oficina da LAI com Campus Party	12/02/2019	20
Oficina da LAI com Comitê PopRua	17/05/2019	18
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social' (EMASP)	17/09/2019	11
Oficina da 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social' no Jardim Lapenna	24/09/2019	12
Oficina 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social' na EACH/USP Leste - Semana da Gestão Ambiental	23/10/2019	11
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social' (EMASP)	12/11/2019	14
Oficina 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social' na CMSP - Câmara Municipal de São Paulo	22/11/2019	29
<b>Subtotal</b>	<b>7</b>	<b>115</b>

Atividade	Data	Público Presente
<b>Atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto</b>		
07 anos da LAI- Transparência no município de São Paulo: Garantia de Acesso à Informação Pública e Proteção de Dados Pessoais	22/05/2019	83
Lei de Acesso à Informação para Representantes das Organizações Sociais (OS) de Saúde	04/07/2019	28
<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>111</b>

### III. Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto

A quarta edição do Programa Agentes de Governo Aberto teve início com o lançamento da consulta pública (12/03/2019 a 21/03/2019) e audiência pública (19/03/2019), para que os interessados enviassem suas contribuições de alteração no texto do edital proposto. Em seguida, edital de credenciamento foi lançado em

07/06/2019 e dividido em 6 categorias: 1. Transparência, Acesso à Informação e Política de Dados Abertos; 2. Participação Social e Mapeamento Colaborativo; 3. Inovação, Tecnologia Aberta e Inclusão Digital; 4. Comunicação Social, Cultura digital e Mídias alternativas e Colaborativas; 5. Educação Política, Controle Social e Mecanismos de Combate à Corrupção e 6. Participação Legislativa, Estrutura Pública Municipal e Atividades de Relações Governamentais Éticas e Adequadas.

Dos 127 projetos recebidos, foram selecionados 32 pela Comissão de Seleção composta por 8 secretarias municipais<sup>17</sup>. Cada Agente de Governo Aberto da edição de 2020 possuiu a carga horária máxima de 40 horas de oficinas para serem realizadas entre setembro e dezembro de 2019. No total, aconteceram 1070 horas de atividades formativas e 5506 pessoas formadas.

A categoria 1. Transparência, Acesso à Informação e Política de Dados Abertos teve 5 projetos executados, com 111h40 de atividades oferecidas e 411 pessoas formadas.

Estas atividades estão relacionadas a seguir:

Nome da oficina	Carga horária oferecida	Público Presente
<b>Descentralização - Controle Popular do Orçamento Público</b>	19h10	48
<b>Educação fiscal e transparência orçamentária para participação social</b>	30h	157
<b>Territorializando informações - Como visualizar dados de uma tabela no mapa?</b>	40h	105
<b>Acesso à informação e ciência de dados: usando dados públicos com o R</b>	9h	31
<b>Dados abertos e a cidade: possibilidades de futuro e fiscalização social</b>	13h30	70
<b>Total</b>	<b>111h40</b>	<b>411</b>

Mais informações sobre essas e outras oficinas do Programa Agentes de Governo Aberto, em 2019, constam no relatório do programa, disponível pelo seguinte link: <<https://bit.ly/AgentesGA-2019>>.

<sup>17</sup> Secretaria de Governo Municipal, Controladoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Gestão, Secretaria Especial de Relações Sociais, Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

## 7. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto

A Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto, ou simplesmente Rede INFO Aberta, é uma articulação de servidores dedicada a institucionalizar e disseminar a temática de governo aberto e transparência dentro da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). Construída a partir de um compromisso firmado entre a PMSP e a Open Government Partnership (OGP), no âmbito do Plano de Ação em Governo Aberto, ela foi institucionalizada a partir da [Portaria nº 025/SMJ/CGM-G/2017](#), de 29 de maio de 2017.

No dia 22 de maio de 2019, foi realizado o evento em comemoração aos 7 anos de vigência da LAI, juntamente com a apresentação das atividades da Rede INFO Aberta. O encontro ocorreu na Praça das Artes e contou com a presença de representantes da Controladoria Geral do Município, Secretaria do Governo Municipal e Sociedade Civil para discussão da transparência e da proteção de dados pessoais, diante da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Ao longo do ano, foram realizados 6 encontros com os pontos focais de governo aberto e 4 encontros com os pontos focais de e-SIC, conforme descrito na seção acima. Os encontros tiveram por objetivo manter a formação continuada para esses servidores nas temáticas de acesso à informação, governo aberto, abertura de dados e boas práticas na gestão pública para que estes pudessem aprimorar sua atuação e de seus órgãos.

# Referências

## Legislação

[Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) – Lei de Acesso à Informação.

[Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013](#) – Cria a Controladoria Geral do Município.

[Decreto Municipal nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012](#) – Regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo.

[Decreto Municipal nº 54.779, de 22 de janeiro de 2014](#) – Promove alterações no Decreto nº 53.623/2013 e cria o Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD).

[Decreto Municipal nº 56.519, de 16 de outubro de 2015](#) – Altera o Decreto nº 53.623, alterando procedimentos para a classificação e desclassificação de informações de caráter sigiloso no município.

[Portaria nº 025/SMJ/CGM-G/2017](#) – Institui o estatuto que regulamenta a Rede INFO Aberta.

## Links de acesso

[Base de dados 'Classificação Temática'](#) – Base de dados referente às categorizações dos pedidos de acesso à informação de 2017.

[Base de dados 'Informações Cadastrais'](#) – Base de dados referente às informações cadastrais de solicitantes via sistema e-SIC.

[Base de dados 'Pedidos Respondidos'](#) – Base de dados de todas as solicitações de acesso à informação realizadas à Prefeitura de São Paulo.

[Programa Agentes Formadores de Governo Aberto 2019](#) - Relatório de 2018 do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto.

[Relatório da LAI 2017](#) – Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2017.

[Relatório da LAI 2018](#) - Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2018.

[Termos de Classificação - LAI](#) – Termos de classificação vigentes no Município de São Paulo.

[VCGE v. 2.1.0](#) – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico, versão 2.1.0, ano 2016

